



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Página
980

Processo
00661-0200/20-7

Página da
peça
1

Peça
4251928

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
P01B98B0

PARECER MPC 3960/2022

Processo nº 000661-0200/20-7
Relator: Conselheiro Marco Peixoto
Matéria: Contas Anuais – Exercício de 2020
Órgão: Executivo Municipal de MATO QUEIMADO
Gestor: Orlando Thomas (Prefeito)

CONTAS ANUAIS. MULTA. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

As infrações às regras, aos princípios constitucionais e à legislação ensejam a aplicação de penalidade pecuniária, sem prejuízo da emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas, ao Responsável (Prefeito).

Para exame e parecer o Processo de Contas Anuais do Administrador acima nominado, o qual apresentou esclarecimentos acompanhados de documentos que, após examinados pela Supervisão competente, vieram encaminhados a este *Parquet* para a manifestação regimentalmente prevista.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

1. O SIM I registra que *não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais, Denúncias ou Tutelas de Urgência, em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame*¹.

2. As irregularidades a seguir desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, ensejando a imposição de **multa** ao Responsável.

¹ Consulta aos Sistemas Corporativos RES1310 em 18/02/2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

3.1.4 – Da Base de Legislação Municipal (BLM). As remessas de normas à BLM do TCE/RS não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009. Atraso de 34 dias em relação ao 1º trimestre de 2020 e de 24 dias em relação ao 3º trimestre de 2020 (peças 3583793 e 3583854, p. 15).

4.2.1 – Da Legislação Municipal de Instituição do Sistema de Controle Interno. O exame da legislação evidencia que: (c) não existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas (art. 3º, inc. II, alínea “c”, da Resolução TCE/RS nº 936/2012); (e) não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE/RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (art. 6º, parágrafo único, inc. III, da Resolução TCE/RS nº 936/2012) (peça 3583854, pp. 16 e 17).

4.3.2 – Da Destinação de Recursos Financeiros para o funcionamento da Unidade Central de Controle Interno. A Lei Orçamentária Anual (LOA) não contém previsão de recursos específicos ao Sistema de Controle Interno (peça 3583854, p. 17).

5.5.4 – Da Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Excesso de Arrecadação. Conforme demonstrado no Quadro 38, o Município não atendeu ao disposto no art. 43, §1º, inc. II, da Lei Federal nº 4.320/1964. O *superávit* constante no BO foi de R\$ 1.302.709,67, ao passo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

que o valor declarado na abertura do crédito totalizou R\$ 1.339.700,68 (peça 3583854, p. 32).

11.5.1 – Da Previsão Normativa do Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. Verifica-se que nem o Executivo Municipal nem o Conselho Municipal de Educação de Mato Queimado editaram norma específica e vigente disciplinando a implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, o que denota desatendimento do art. 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 (peças 3583778 e 3583854, p. 73).

13.1.1 – Das Políticas Municipais de Meio Ambiente. Questionada sobre se a gestão ambiental é considerada no planejamento das ações do município, a Administração Municipal informou o que segue: (b) não estão formalizadas as diretrizes de zoneamento ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo; (c) na lei municipal não consta a definição formal de espaços territoriais a serem protegidos; (d) verifica-se que os recursos auferidos por compensação ambiental não são destinados às Unidades de Conservação do Município; (e) não há registro de monitoramento de indicadores ambientais no Município; (f) o Município não possui sistematização de informações ambientais; (i) não foram reportadas pelo Município ações relacionadas à educação ambiental; e (k) o Município não estabeleceu, até o momento, ações articuladas com outros entes federados visando à concretização dos objetivos da PNMA. Diante desse cenário, verificam-se desatendidos os requisitos do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 140/2011, podendo implicar responsabilização do gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos (peça 3583854, p. 78).

13.2.5 – Da Coleta Seletiva e Participação Comunitária. Questionada se realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos, o Executivo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Municipal informou o que segue: não há coleta seletiva no Município, descumprindo o que determinam os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que diz respeito à implantação da coleta seletiva e ao incentivo à criação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores (peça 3583854, pp. 82 e 83).

14.1.1 – Do Órgão Responsável pelas Políticas para Mulheres na Estrutura Administrativa Municipal. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se a inexistência na estrutura administrativa municipal de unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres, para garantia do cumprimento do estatuído no art. 226, §8º, da Constituição Federal e do mínimo contido nos artigos 3º, §1º, 8º, 9º, 35, e 36 da Lei Federal nº 11.340/2006 (peças 3583815 e 3583854, p. 86).

Considerando, de um lado, o pequeno porte do Município (de 1.629 habitantes) e a informação de que *o gabinete da 1ª dama trabalha ações voltadas às mulheres que encontram também na Secretaria de Assistência Social toda forma de assistência desejada, existindo assistência jurídica, previdenciária, psicológica, social, cultural, familiar, saúde, entre outros*, e, por outro, a ausência de elementos probatórios nesse sentido, opina o Ministério Público de Contas pela manutenção do aponte apenas para fins de alerta ao Gestor para que providencie a adequada comprovação.

15.3.1 – Da Instituição do Conselho Municipal da Saúde. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se a instituição do Conselho, de caráter deliberativo, nos termos da Lei Municipal nº 829/2010. Contudo, verifica-se que o Conselho não tem suas atividades detalhadas em regimento interno adequadamente aprovado, em descumprimento ao disposto no art.4º, §1º, da Lei Municipal nº 829/2010, e na Quinta Diretriz, inc. II, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2012 (peça 3583854, p. 89).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Em consulta à BLM, verifica-se que o Conselho foi reestruturado pela Lei Municipal nº 829/2010. Por sua vez, o Regimento Interno anexado ao autos faz referência à Lei Municipal nº 816/2010, a qual *autoriza a abertura de crédito especial com recursos do superávit financeiro do exercício anterior, e dá outras providências*.

Nesse contexto, ao que parece, o Conselho possui regimento interno adequadamente aprovado, embora este faça referência à lei equivocada.

Dessa forma, o Ministério Público de Contas opina pela manutenção do aponte apenas para fins de alerta ao Gestor para que revise a lei indicada no Regimento Interno e, se for o caso, providencie a devida correção.

15.4.1 – Da Instituição do Conselho Municipal do Meio Ambiente. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se a instituição do Conselho, de caráter deliberativo, nos termos da Lei Municipal nº 840/2010. Contudo, verifica-se que o Conselho não tem suas atividades detalhadas em regimento interno adequadamente aprovado, em descumprimento ao disposto no art. 3º, inc. XXXIV, da Lei Municipal nº 840/2010 (peça 3583854, p. 90).

15.5.1 – Da Instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se a inexistência do Conselho regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto nos arts. 2º, inc. X, 3º, inc. IV, 9º, inc. V, e 47 da Lei Federal nº 11.445/2007, e no art. 34, §6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010, que veda ao Município acesso aos recursos federais destinados a serviços de saneamento básico (peças 3583788 e 3583854, p. 91).

15.6.2 – Da Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se que o Conselho esteve em atividade, no exercício



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de 2020, com um número menor de conselheiros atuantes e com a ausência de representação de alguns órgãos, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no art. 13 da Lei Municipal nº 1.218/2015. Consta na Portaria de nomeação que o Conselho possui 06 conselheiros (peças 3583825, 3583829 e 3583854, p. 92).

15.8.1 – Da Instituição do Conselho Municipal de Política para as Mulheres. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se a inexistência do Conselho regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de combate à violência contra a mulher, dispostas no art. 226, §8º, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei Federal nº 11.340/2006 (peças 3583849 e 3583854, p. 95).

15.9.1 – Da Instituição do Conselho Municipal de Igualdade Racial. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se a inexistência do Conselho regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de promoção da igualdade e de combate ao preconceito e ao racismo, dispostas nos arts. 3º, inc. IV, 4º, inc. VIII, e 5º, inc. XLII, da Constituição Federal, o que coloca o Município em segundo plano na distribuição de recursos federais para a área, de acordo com o art. 50, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.288/2010 e o art. 24 do Decreto Federal nº 8.136/2013 (peças 3583850 e 3583854, p. 95).

II – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Multa** ao Sr. **Orlando Thomas** (Prefeito), por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com fulcro nos arts. 33,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

inc. VII, e 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000, no art. 132 do RITCE e no art. 4º da Resolução TCE/RS nº 1.142/2021;

2º) **Parecer favorável com ressalvas** à aprovação das contas do Sr. **Orlando Thomas** (Prefeito), com fundamento no art. 75, inc. II, do RITCE e no art. 2º da Resolução TCE/RS nº 1.142/2021; e

3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas em tal sentido.

É o Parecer.

MPC, em 08 de abril de 2022.

FERNANDA ISMAEL
Adjunta de Procurador
Assinado digitalmente.

160